


Entre esquinas

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.002-019>

Maria Clara Dias

Doutora em Filosofia

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

Neste artigo, pretendo discutir o papel do ensino da filosofia como parte da tarefa de promover uma formação crítica e transformadora. Neste sentido, entenderei o próprio filosofar como uma prática de perceber-se no mundo e atuar, crítica e emotivamente. Defenderei o carácter indissociável da Filosofia com as Ciências e as Artes. Estas últimas, como promotoras de novas formas de apreensão, compreensão e expressão da realidade, capazes de ampliar nossos sentidos, nossa imaginação e revolver nossos sentimentos. Finalmente, aponto para as atividades de extensão como uma forma de honrarmos nosso compromisso para com a sociedade e para com a construção de um mundo melhor para todos.

Palavras-chave: Filosofia, Arte, Ensino, Extensão.



1 INTRODUÇÃO¹

No início de 2014 fui convidada a participar de um evento, compondo uma mesa sobre o tema “Há perguntas que movem o mundo”. Talvez por um certo vício filosófico, compreendi que se tratava de uma pergunta, e não de uma afirmação, e imediatamente traduzi o tema proposto pela questão acerca da existência ou não de questões fundamentais. Não sei se era isso o que tinham em mente meus anfitriões, mas, por outro lado, o que poderiam esperar de uma filósofa? Enfim, que outra coisa eu poderia fazer além de instigar meus ouvintes a refletir acerca da existência ou não de questões fundamentais?

A necessária reinterpretação da questão inicial e da demanda a mim dirigida fez surgir, assim, duas novas indagações: a primeira, como já disse, relacionada à existência ou não de questões fundamentais. A segunda relacionada ao encaminhamento desta questão a uma filósofa. Ao me convidar para falar sobre esse tema, estariam insinuando que a filosofia de alguma forma tem a ver com as questões que julgamos fundamentais? Vindo de um ambiente tão diverso do meu é quase impossível imaginar o que realmente pensavam e desejavam aqueles que me endereçaram o convite. Contudo, o mar de dúvidas e questionamentos suscitado em mim por esta frase enigmática me fez perceber que eu, sim, pensava a filosofia como diretamente relacionada à indagação acerca da existência e à identificação de questões fundamentais.

Neste sentido, eu agora tinha diante de mim duas tarefas: a de caracterizar o que poderia ser considerada uma questão fundamental e, concomitantemente, a de caracterizar aquela que a meu ver seria a tarefa da própria filosofia. Neste percurso, me deparei, então, com a minha visão do que seja a filosofia e, conseqüentemente, com o meu papel enquanto filósofa e professora de filosofia. Retomo, agora, as indagações de outrora, para refletir sobre a questão do ensino da filosofia e do papel do filósofo ou do aprendiz de filosofia na sociedade.

2 A FILOSOFIA E AS QUESTÕES QUE MOVEM O MUNDO²

Seguindo uma tradição analítica, sempre procurei identificar a filosofia menos como um domínio de saber sobre temas específicos, do que como um olhar específico sobre temas os mais diversos ou, simplesmente, sobre o mundo. Um olhar eminentemente indagador que procura identificar, nos diversos discursos, crenças muitas vezes ocultas e motivações camufladas que tornam pouco transparente o debate público e, a todo tempo, fazem fracassar as pretensões de um discurso racional. A tarefa do filósofo se aproxima, assim, da tarefa de um detetive, da de um autêntico

¹ O presente artigo foi publicado originalmente em língua portuguesa na obra *Aprendendo a Transgredir: diálogos a partir de bell hooks e Paulo Freire*, organizada por Fabio A G Oliveira e Fernanda Insfran, em 2022 pela Editora Ape'Ku. Para a presente versão e publicação revisada, obteve-se o direito de reprodução do texto com a autorização dos organizadores da obra previamente referida.

² Esta seção e a seguinte foram retiradas do artigo *Há perguntas que movem o mundo?*, publicado em: DIAS, Maria Clara. *O que é Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Pirlampo, 2016.

psicanalista – portanto, um psicanalista esvaziado de verdades – ou de um incansável montador de quebra-cabeças. Todos eles têm diante de si uma trama que clama por alguma espécie de reconstrução, a fim de revelar, aos atores, algo acerca de si. Mas se é isso que faz o filósofo, em que, de fato, poderíamos distingui-lo destes outros profissionais?

Esta pergunta merece uma resposta cuidadosa. Em primeiro lugar gostaria de ressaltar que todas as distinções a serem feitas aqui são apenas de grau e não podem ser tomadas como absolutas. Ou seja, há um limite em que nossas práticas cotidianas nos aproximam ou distanciam do filósofo e não julgo que possamos precisar com clareza qual seria este limite. A razão para isso é que a todo tempo estamos lidando com questões cujo grau de importância para nossas vidas e para a vidas dos demais pode variar. Neste sentido, o que ao final da tarefa de reconstrução é revelado aos atores pode resultar tanto em uma simples contemplação estética prazerosa quanto em uma nova narrativa acerca da própria existência ou na compreensão das razões de uma época. A proximidade, mesmo que contingente, porém fundamental, deste núcleo existencial será o que aqui estarei adotando como critério para caracterizar a reconstrução em pauta como mais ou menos filosófica. Para dirimir a prepotência desta afirmação, devo acrescentar que, enquanto prática, a filosofia pode ser exercida por qualquer um de nós e de fato é muitas vezes mais exercida fora, do que dentro, dos ambientes acadêmicos convencionais. A boa formação filosófica, contudo, reforça um certo ceticismo crítico acerca das verdades e razões aparentes e nos convida a questionar e refletir de forma mais madura acerca dos diferentes discursos produzidos.

Desta maneira, fui necessariamente conduzida a fornecer uma resposta afirmativa a ambas as questões colocadas acima. Sim, acredito que haja questões fundamentais, questões que movem o mundo. Sim, acredito que a tarefa filosófica seja apontar para tais questões, ou melhor, revelar o que de fundamental subjaz ao nosso discurso cotidiano, seja ele um discurso científico, moral, político ou estético. Em qualquer desses casos, cabe ao/à filósofo/a/e analisar o que está sendo dito e indagar por que está sendo dito.

Em outro artigo³, defendi que a filosofia buscava revelar princípios universais. Segundo um ponto de vista menos formal e menos essencialista, o que entendo por princípios universais nada mais são do que regras com pretensão de validade universal, para as quais, no fundo, requeremos apenas a maior abrangência possível. Diante do discurso científico, por exemplo, buscamos resgatar as pretensões de veracidade de seus enunciados. Quando maior a coerência interna de uma teoria científica e a quantidade de casos que ateste a adequação de seus princípios, mais crível ou plausível esta nos parecerá. No caso do discurso moral, por sua vez, diremos que a pretensão de validade de um princípio ou a correção de uma ação estão diretamente relacionados ao assentimento conferido por

³ Ver “O que é Filosofia” em: DIAS, Maria Clara. O que é Filosofia. Rio de Janeiro: Ed. Pirlampo, 2016.



todas as partes envolvidas na situação em questão. Também neste caso, a pretensão a universalidade erguida é resgatada pela generalidade ou abrangência da regra em questão.

Mas se identificar pretensões de validade, de veracidade ou correção, e indicar o caminho mais adequado de verificá-las for tudo o que nós, filósofos, pudermos fazer, qual seria efetivamente a nossa relação com as questões ditas fundamentais? Neste ponto, sinto decepcionar os amantes da metafísica. O que estarei considerando como questões fundamentais não são questões que dizem respeito a temas como a existência de Deus ou de verdades eternas; a imortalidade da alma; a essência ou natureza dos seres humanos. Essas são questões que só podem ser respondidas mediante a construção de uma teoria, no cerne da qual certos enunciados serão adotados de forma axiomática, ou seja, como pontos de partidas inquestionáveis e estruturantes, como dogmas ou como “verdades” absolutas. Minha concepção do que seja a filosofia segue justamente na contramão desta tendência. A filosofia como exercício do pensamento crítico é a antítese do dogmatismo e não pode corroborá-lo.

Embora estejamos acostumados a nos referir a sistemas filosóficos como a filosofia de determinado autor – a filosofia de Platão, a filosofia Aristotélica, a filosofia Kantiana etc. – devemos ser capazes de distinguir qualquer teoria ou sistema proposto do exercício próprio do filosofar. De Platão, Aristóteles e Kant herdamos, sobretudo, o estímulo a duvidar, questionar e refletir exaustivamente sobre a melhor forma de organizar nossas crenças, nossos valores e a sociedade na qual vivemos. Sem apelo à transcendência, a filosofia é um desafio constante à exploração dos limites da racionalidade humana.

Feita esta ressalva, o que compreendo por questões fundamentais nada mais são do que questões que nos remetem aos aspectos centrais de nossa existência: o tipo de vida que escolhemos viver; o tipo de pessoa que queremos ser; o tipo de sociedade que aspiramos integrar. Dito desta maneira, tais questões estão relacionadas ao nosso universo mais básico de crenças e desejos, sendo, portanto, impossível buscar uma resposta satisfatória as mesmas, sem revolver o enorme baú onde se acumula, não apenas a nossa experiência pessoal, mas a experiência residual de um número incontável de seres humanos. Afinal, estamos longe de podermos ser descritos como seres isolados, com identidades fixas e solidamente demarcadas. Somos um pouco de tudo que durante nossa existência nos foi sendo legado, das mais diversas formas, por indivíduos cuja proximidade espaço-temporal de nós mesmos já pouco importa. Não há como, por exemplo, não reconhecer nas minhas palavras, uma certa herança Aristotélica. Mas seria difícil determinar até que ponto esse nobre legado filosófico pode ser mais ou menos determinante do que a repercussão que tem sobre as minhas escolhas a vivência cotidiana das injustiças sociais, da intolerância e da vaidade dos seres humanos. A vida que considero digna de ser vivida, o tipo de existência capaz de fazer de mim uma pessoa realizada e a sociedade a cujo ideal associo minha autorealização pessoal, são fruto de uma história humana, com lastros que



em muito ultrapassam a minha existência, mas cuja repercussão ressoa em meus ouvidos, determinando minhas escolhas, já em nada essencialmente subjetivas.

As questões fundamentais são aquelas as quais chegamos adotando o ponto de vista do agente, mas que melhor compreendemos quando passamos a investigar os passos que nos conduziram ao lugar do qual falamos e as vozes dissonantes que reverberam no discurso oficial. Enfim, as questões fundamentais são aquelas com as quais procuramos ao mesmo tempo tecer os elos que compõem a nossa própria história e os que unem a história de toda a humanidade.

Somos seres capazes de realizar escolhas e, desde que nos entendemos desta forma, estamos direta ou indiretamente comprometidos com questões fundamentais, capazes de orientar nossas escolhas e de movimentar o mundo. Sob o ponto de vista formal podemos então dizer que as questões fundamentais são aquelas que orientam escolhas estruturantes, nucleares, para a constituição da identidade de cada indivíduo, tendo assim um caráter bastante geral, abrangente e, porque que não dizer, utilizando o jargão filosófico, universal.

Sobre estas questões versa, por exemplo, a abordagem filosófica da ética que longe de prescrever um manual de conduta, busca tornar inteligível nossas escolhas, à luz das crenças e desejos que compartilhamos. Aqui a tarefa filosófica mais uma vez será a de encontrar um padrão que melhor acomode ou unifique nossa tomada de decisão, garantindo uma coerência mínima, adotada como critério para atribuição de racionalidade ao nosso agir.

Contudo, por mais que possamos eleger critérios gerais, compartilhados, como, por exemplo, a coerência e integridade/unidade do sistema de crenças e desejos, para garantir a racionalidade de nossas deliberações, pouco ou nada teremos a dizer, enquanto filósofos, acerca do conteúdo de tais estados mentais. Nossas crenças expressam o modo como acreditamos que o mundo seja e a veracidade das mesmas exige uma verificação empírica, inerente à ciência e não à filosofia. Nossos desejos expressam como gostaríamos que o mundo se comportasse, o que por sua vez envolve um certo conhecimento acerca do mundo e acerca do modo como reagimos a ele. Apenas quando tais desejos deixam de expressar meras inclinações, preferências subjetivas, superficiais ou supérfluas, e passam a indicar escolhas estruturantes para nossa própria identidade pessoal, ingressamos então, mais uma vez, no âmbito de uma investigação filosófica, a saber, a ética.

3 A ÉTICA E A REFLEXÃO ACERCA DO TIPO DE PESSOA QUE QUEREMOS SER

A Ética se caracteriza, de uma forma geral, por ser o âmbito da filosofia voltado para as questões relativas ao que devemos fazer. Contudo, para compreender melhor a especificidade desta pergunta, enquanto uma questão filosófica, precisamos antes de mais nada distinguir os diversos tipos de respostas disponíveis. Uma forma bastante usual de identificar o que devemos fazer é recorrendo a uma autoridade e deixando que seus desígnios conduzam nossas escolhas. Fazemos isso quando somos

crianças e simplesmente apostamos na autoridade e/ou no amor parental como um guia seguro para garantir o sucesso de nossos empreendimentos. Muitos continuam a proceder assim durante toda a vida, quando elegem como padrão decisivo de conduta as prescrições de entidades transcendentais ou de entes idealizados, aos quais delegam seu próprio poder decisório.

Uma segunda forma prudente de responder a esta questão consiste na tentativa de adequar nossa conduta aos códigos socioculturais e legais da sociedade a qual pertencemos. É desta forma que procuramos respeitar os horários estabelecidos para os eventos sociais e acadêmicos no qual estamos engajados e que, ao dirigirmos, buscamos não beber, obedecer a sinalização etc. Pouca ou nenhuma filosofia é necessária para sabermos o que fazer nesses casos. Nesses contextos, basta-nos, por assim dizer, uma certa dose de prudência e um desejo bastante imediato de não sermos repreendidos social ou legalmente.

Mas como já alertei acima, estamos trabalhando em um terreno onde as distinções são apenas de grau e não absolutas. Isso significa que a infração a uma regra de conduta social ou a uma prescrição legal pode receber pesos distintos em função do papel que a conduta em questão possa vir a ocupar no núcleo de questões que dizem diretamente respeito à constituição de nossa própria identidade. Traduzindo, posso muito bem optar por tomar um café na cantina, chegando atrasada à sala de aula, sem que isso abale a imagem que tenho de mim mesma. Mas se tornar esta atitude uma rotina, dificilmente poderia sustentar por muito tempo a imagem, para mim bastante cara, de ser uma professora que honra os seus compromissos. Da mesma forma, posso ultrapassar um sinal, quando tenho alguma urgência de chegar a um local e, ao mesmo tempo, percebo que tal infração não causará danos a outros indivíduos. Mas se sistematicamente opto por obedecer ou não à sinalização, adotando como guia unicamente meus interesses pessoais, estarei me tornando uma pessoa que desconsidera os interesses alheios, inclusive interesses preferenciais de outros indivíduos, tal como a própria manutenção de sua integridade física. Com isso estarei me tornando um ser nocivo à sociedade. No momento que uma, aparentemente simples, desobediência a uma regra de conduta social e/ou legal tiver alcançado este limite, teremos atingido o âmbito da moralidade.

A pergunta pelo que devemos fazer no âmbito da moralidade é aquela cuja resposta nos remete ao tipo de pessoa que queremos ser, o tipo de vida que consideramos digna de ser vivida e do tipo de sociedade que queremos construir. Desta forma, não podemos infringir um princípio moral que endossamos, sem que o resultado desta conduta reflita na nossa autoestima. Somos nós que elegemos princípios e valores morais. E o fazemos não como resposta a uma exigência heterônoma a nós, mas como fruto de nossas reflexões acerca do que julgamos ser o melhor e do que aspiramos para nossas próprias vidas. Neste sentido, quando violamos um princípio de conduta que nós mesmos elegemos e valores com os quais nos identificamos, estamos ferindo nossa própria integridade e nos distanciando de quem gostaríamos de ser. Compreendida nestes termos, a moralidade não é algo que nos oprime e

subjuga, mas o caminho rumo a nossa autorealização pessoal. Retornando ao ponto inicial, poderíamos agora indagar: que questão poderia ser, para cada um de nós, mais fundamental?

Se estivermos de acordo com relação a este ponto, podemos agora prosseguir estabelecendo a relação entre as questões nucleares da moralidade e as outras questões de que trata a filosofia e compõem o nosso universo de questões fundamentais. Conhecer ou saber acerca da realidade, refletir sobre o que conhecemos e sobre o que jugamos valioso, tomar decisões com base em nossa interpretação dos fatos e dos sentimentos por eles gerados são atividades na quais estamos sempre envolvidos, ainda que em alguns casos de forma pouco engajada. Fato é que nossas decisões morais dependem de tais processos. Neste sentido, quanto melhor, e de forma mais criteriosa, conhecermos a realidade; quanto melhor identificamos nossos valores e sua correlação com nosso universo de crenças e desejos; quanto mais atentos estivermos aos sentimentos gerados por nossas diferentes vivências e por sua capacidade de intervir no curso de nossas ações, mais próximos estaremos de tomar decisões mais acertadas.

Suspeito, assim, que tanto o anseio pelo conhecimento empírico que move o universo da ciência quanto a aspiração por rigor formal que caracteriza a matemática e a lógica revelam, no fundo, a necessidade de nos apoderarmos dos meios mais adequados para ser e estar melhor no mundo. Sem tais instrumentos não teríamos sequer como realizar escolhas, pois nosso campo de reflexão estaria vazio, ou realizaríamos escolhas de forma totalmente arbitrária. Escolhas estas que, portanto, não poderiam ser reportadas ao agente.

É aqui então que a filosofia se coloca a serviço da ciência, analisando as diferentes formas de saber, métodos, paradigmas e fornecendo os princípios de ordenação formal do pensamento ou da linguagem. É assim que a ciência, por sua vez, retorna à filosofia, e mais particularmente à ética, tornando possível respostas mais apropriadas, embora, não exaustivas e definitivas, à nossa busca pela realização plena, de uma forma de vida humana.

4 O ENSINO DA FILOSOFIA

Assumindo agora a plausibilidade do que procurei defender como sendo a tarefa da filosofia, como podemos, então, ensinar filosofia? Qual seria a nossa tarefa como professores/as de filosofia?

Em primeiro lugar podemos dizer que cabe ao/à professor/a/e de filosofia contribuir para que seu aprendiz identifique as questões fundamentais e busque traçar um caminho de respostas. Respostas estas que, por sua vez, não poderão ser definitivas, pois precisarão estar sempre sendo checadas com base nas vivências de cada um de nós e nas demandas da sociedade em que vivemos. O aprendiz de filosofia será, antes de mais nada, um curioso, desconfiado das certezas e/ou verdades absolutas. Como bom curioso, deverá ter todos os sentidos aguçados para captar os diversos sinais lançados no curso de



nossas experiências sensíveis. Desta forma, caminhará de mãos dadas com as investigações e descobertas da ciência, porém, como defenderei em seguida, impregnado pelas artes.

O bom aprendiz precisa saber que há livros de literatura que trazem em si toda a história da humanidade. As obras de arte são relíquias, não apenas capazes de ampliar nosso mundo, nosso universo de sentido, mas também nossos sentimentos, gerando uma percepção mais acusada de tudo e todos que estão a nosso redor. O ensino da filosofia, ou a educação como um todo, não pode desprezar esta ferramenta. O aprendizado a que aspiramos deve ser mais do que o domínio de uma técnica. Ele deve conter a maestria e a criatividade do artista. E, para isso, precisamos mais do que a assimilação de conteúdos e o domínio de regras de cálculo. Precisamos que nosso aprendiz vivencie o aprendizado como algo capaz de transformar sua forma de ver e estar no mundo. Isto envolve o domínio de novas formas de expressão, capazes de evidenciar fatos, provocar sentimentos e transformar nossos interlocutores.

Nossas escolas precisam estar focadas em novas técnicas capazes de promover o raciocínio lógico, a compreensão de textos e a escrita. Mas precisam pensar o bom exercício de todas estas capacidades como necessariamente associado a uma razão imaginativa. Como procurei defender, a partir da Perspectiva dos Funcionamentos⁴, a melhor forma de compreendermos o que somos é através da nossa caracterização como uma rede não fixa, flexível, de funcionamentos diversos que se complementam, gerando em nós a percepção de uma unidade, à qual passamos, então, a reportar nossa própria identidade. Se estivermos dispostos a nos compreender desta forma, então a concepção tripartida de razão-imaginação-emoção já não fará sentido e, tanto mais racionais seremos, quanto mais nos deixarmos guiar também pela imaginação e por nossas emoções. Com isso, precisamos de ferramentas educacionais que promovam a imaginação e provoquem emoções. A arte, já temida por Platão por seu poder de persuadir e desviar o aprendiz de uma dietética de controle sobre os sentimentos, é, ainda hoje, a ferramenta mais eficaz para alcançarmos este objetivo. Professores que aspiram por aprendizes comprometidos com um saber crítico e transformador sobre o mundo precisam se deixar impregnar pela arte.

Com isso, passo ao segundo aspecto fundamental da nossa atividade enquanto professores de filosofia, a promoção da acima mencionada compreensão crítica e transformadora do mundo.

O filósofo é frequentemente visto como um nefelibata, alguém que vive no mundo das ideias ou num mundo ideal. Pela concepção de filosofia que acabo de defender, podemos concluir que o filósofo que possui este perfil é, no meu entender, um mau filósofo. Ser filósofo é uma escolha de vida. Ensinar a filosofar não é um compromisso meramente acadêmico, mas parte constitutiva da própria atividade filosófica. O filósofo busca a todo tempo investigar, analisar, tecer relações e extrair conclusões. Todo este processo é conduzido por um discurso essencialmente intersubjetivo. Isto

⁴ Sobre a Perspectiva dos Funcionamentos, ver: Dias (2015, 2016, 2017, 2019).

significa que cada etapa do raciocínio filosófico deve poder ser intersubjetivamente compreendida. O saber filosófico é avesso ao obscurantismo dogmático e ao pedantismo linguístico do discurso erudito que visa garantir a supremacia de “um sujeito suposto saber” sobre os demais. Ao filósofo cabe esclarecer e não ocultar. Desta forma, sua atividade está sempre comprometida com o ensino, na sala de aula ou fora dela. Um ensino que não diz respeito a um conteúdo específico, mas, sim, à própria atividade reflexiva, por conseguinte, ao filosofar.

O filosofar é, assim, uma atividade que não pode ser encerrada em um gabinete ou sala de aula. É algo que transborda qualquer atividade acadêmica, atingindo as ruas e esquinas de nossa existência. Ensinar filosofia é ensinar uma forma de estar e se compreender no mundo. Para isso, gostaria de ressaltar o papel fundamental das, outrora desprezadas, atividades de extensão. Através delas, honramos nosso compromisso com a sociedade e, mais do que tudo, ensinamos nossos aprendizes a assumir um papel social, e, com as ferramentas adquiridas, tornar este mundo mais próximo daquilo que gostaríamos que fosse.

O famoso tripé ensino, pesquisa e extensão é o que garante que as universidades sejam uma fonte de transformação, um lugar de todes e para todes. A universidade não é uma entidade abstrata isolada. Ela é parte da sociedade e envolve também os que nela não estão, mas que, de alguma forma, direta ou indiretamente, integram o grupo dos indivíduos que dão sentido a suas pesquisas, ao qual se destina seus serviços e que enriquece, como vozes diversas, todo saber, todas as formas culturais e artísticas nela produzidas. As atividades de extensão são a forma mais contundente de fazer com que nossos aprendizes compreendam a função social das universidades e de todes que nela estão.

Através da realização de mostras temáticas de filmes e fotografias promovidas pelo Núcleo de Inclusão Social – projeto de extensão universitária criado e coordenado por mim, desde 2010, junto à UFRJ –, conquistei a adesão, não somente de alunes, mas também do público externo à universidade, a causas que me são caras, como a consideração aos funcionamentos básicos dos animais não humanos e do meio ambiente; reconhecimento dos direitos básicos das pessoas privadas de liberdade; a visibilidade e consideração das demandas LGBTIA+; a defesa do direito à autodeterminação nacional do povo palestino; a defesa da não criminalização do aborto; o direito à eutanásia e a luta por justiça social e terra para as inúmeras “Roses” do nosso país. O diálogo, não apenas com meus alunes, mas com todes com os quais compartilhei estes momentos, enriqueceu minha percepção do mundo e me tornou uma filósofa, uma cidadã, uma pessoa melhor.

5 REVISANDO

Neste capítulo procurei responder à questão do ensino da filosofia e do papel do filósofo, do professor e do aprendiz de filosofia através de uma investigação do que podemos compreender como sendo o próprio filosofar. Com isso, retomei à conexão entre a filosofia e às questões que nos movem



e movem o mundo. Destaquei como questões filosóficas fundamentais aquelas que nos remetem aos aspectos centrais de nossa existência: o tipo de vida que escolhemos viver; o tipo de pessoa que queremos ser; o tipo de sociedade que aspiramos integrar. Defini o ser filósofo como uma escolha por uma vida comprometida com tais questões, por conseguinte, com o ensinar, não apenas a refletir sobre o mundo, mas, também, a transformá-lo. Defendi o aspecto eminentemente indissociável da relação da Filosofia com as Ciências e as Artes: as primeiras como capazes de fornecer a base material sobre a qual se debruça a investigação filosófica; as últimas, promovendo novas formas de captação, compreensão e expressão da realidade, capazes de revolver, ampliar nossos sentidos, nossa imaginação e revolver nossos sentimentos. Finalmente, apontei para as atividades de extensão como uma forma de honrarmos nosso compromisso para com a sociedade e com a construção de um mundo melhor para todos.



REFERÊNCIAS

DIAS, M. C. (Org.). A perspectiva dos funcionamentos: por uma abordagem moral mais inclusiva. Rio de Janeiro: Editora Pirlampo, 2015.

DIAS, M. C. O que é Filosofia. Rio de Janeiro: Editora Pirlampo, 2016.

DIAS, M. C. Sobre nós: expandido as fronteiras da moralidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Pirlampo, 2016.

DIAS, M. C. (Org.). Bioética: fundamentos teóricos e aplicações. Curitiba: Appris, 2017.

DIAS, M. C. A Perspectiva dos Funcionamentos: fundamentos teóricos e aplicações. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.